

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).  
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de  
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQUES], 2010.  
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das  
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.  
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -  
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de  
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de  
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

---

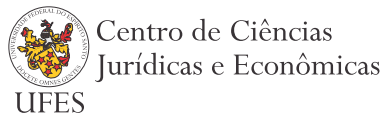
## Realização



## Patrocínio



## Apoio



## Parceiros



## Agência Oficial



## Organização



## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA<sup>1</sup>

Cristina Strohschoen<sup>2</sup>, crisarquivista@gmail.com, UFSM

Denise Molon Castanho<sup>3</sup>, molon63@yahoo.com.br, UFSM

### • Resumo

O propósito deste estudo foi investigar a possibilidade de implementação da educação à distância no ensino arquivístico, na percepção dos Coordenadores dos Cursos de Graduação de Arquivologia em funcionamento no Brasil. Foram quatorze as Instituições de Ensino Superior analisadas, das quais onze IES federais e três estaduais. As teorias norteadoras neste estudo foram ensino superior, educação à distância e ensino arquivístico. Os dados necessários para responder aos objetivos da investigação foram obtidos através da observação direta extensiva - aplicação do instrumento de coleta de dados, obtendo retorno de 100%. Os resultados mostraram que mais da metade das instituições pesquisadas não possuem estudos sobre aplicação de EaD na Arquivologia. Apenas cinco Coordenadores de Cursos de Arquivologia já tiveram experiência como docentes nesta modalidade de ensino, e 36% nunca tiveram nenhuma experiência com EaD (docente, tutor ou discente). No entanto, a maioria dos pesquisados concordou com a assertiva de que cabe aos professores a produção do material didático favorecendo e enriquecendo desta forma o processo ensino-aprendizagem. A única oferta de ensino arquivístico no país por EaD é na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em convênio com a Universidade Aberta do Brasil: a primeira edição do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Arquivos foi no ano de 2008.

### • Palavras-chaves

**arquivologia – educação à distância – ensino superior**

---

<sup>1</sup> Monografia da Especialização Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria / Universidade Aberta do Brasil, apresentada a banca em 2009.

<sup>2</sup> Arquivista da UFSM, Especialista em Gestão em Arquivos e Mestranda em Patrimônio Cultural UFSM.

<sup>3</sup> Orientadora de monografia, Mestre em Educação pela UFSM, Coordenadora da Especialização Gestão em Arquivos UFSM/UAB.

## 1 Introdução

A universidade é uma instituição antiga, quase milenária, que assume diferentes formas e identidades, conforme o século e de acordo com o país. De acordo com Le Goff (1996), o ponto de partida para o entendimento da universidade, enquanto instituição é o reconhecimento de que ela é o produto das cidades, do espaço no qual surge um novo personagem social, o intelectual, que ocupa na divisão do trabalho as funções de escrever e ensinar, diferenciando-se das funções eclesiásticas.

A computação origina-se no desenvolvimento humano da automação, principalmente nas tentativas de automatizar cálculos matemáticos e trabalhos manuais dos mais diversos tipos. Foi na Universidade de Harvard, com a Marinha dos EUA e a IBM que foi desenvolvido o primeiro computador eletrônico.

Na década de 40, os conceitos difundidos pela famosa obra Vida Digital (Negroponte, 1995) sobre a diferença entre bits e átomos, suas teorias a respeito do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICS) e sua profetização sobre que “não haverá nada que se possa fazer que você não acesse lá da sua casa de campo a milhas dos grandes centros urbanos” estimula ainda mais a Revolução Telemática.

Com o advento da internet, começam a ser desenvolvidos Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA), espaços ou lugares onde os participantes interagem entre si sem necessariamente estarem no mesmo tempo cronológico. Os novos paradigmas que sustentam o processo do ensinar ao apreender inserem-se no contexto de um ambiente virtual e surge uma nova modalidade de ensino... EaD.

O tema desse trabalho privilegiou o universo da educação à distância no país, bem como os Cursos de Arquivologia em funcionamento e os projetos novos.

A relevância da realização desta pesquisa é contribuir para futuros projetos de ensino na área de Arquivologia e estimular debates sobre a temática. Partindo da premissa de que a educação a distância é vista como a revolução do ensino superior e da necessidade de modernização dos cursos e currículos de Arquivologia, justifica-se averiguar o tema.

Podemos afirmar que está havendo uma forte expansão da educação à distância em nosso país. O Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação vem desenvolvendo estudos permanentes objetivando obter informações exatas sobre as instituições de

ensino credenciadas para desenvolvimento de cursos superiores de graduação e/ou pós-graduação *lato sensu* a distância.

A análise de sua evolução mostrava, já no ano de 2005: haviam 2.320 IES no Brasil, sendo 100 federais, 78 estaduais, 58 municipais e 2.084 particulares; desse conjunto, 174 universidades, 110 centros universitários e 2.036 faculdades. Neste mesmo ano 128 obtiveram credenciamento para EAD, destas, 76 universidades, representando 43,67%.

Da mesma forma a contribuição que se pretende com o estudo é a busca de um maior entendimento a respeito da temática proposta tendo em vista conscientizar sobre o mesmo em âmbito nacional. A legitimidade do tema proposto justifica-se pela originalidade. O diferencial reside na ausência de pesquisa que enfoque a educação à distância na Arquivologia.

## **2 Ensino Superior**

As universidades surgem ainda no período medieval, entre os séculos XI e XII. Na Europa, no início, estavam vinculadas a organizações religiosas que as controlavam rigidamente. Mais tarde, foram conquistando autonomia, não apenas na forma de sua organização e gerenciamento como também na orientação dos estudos nelas desenvolvidos. As universidades de Bolonha e Paris tornaram-se exemplares, servindo de modelo a muitas outras organizadas na Europa e, posteriormente, em outros continentes. No século XVII ocorreu a fundação das primeiras universidades nas Américas, em regiões de colônias inglesas, francesas e espanholas, que após a independência se converteram nos Estados Unidos, Canadá, México e Peru. As universidades, em todo o mundo, estimularam o desenvolvimento intelectual e passaram a ser o principal espaço de formação de lideranças sociais, religiosas e civis.

Em 1810 foi fundada a Universidade de Berlim, a qual defendia o princípio da livre investigação e atraía as atenções de professores e estudantes do mundo todo. A livre investigação valia-se de seminários, laboratórios científicos e estudos monográficos - modelo esse que foi reproduzido em muitos outros países.

No Brasil, a primeira universidade surgiu na segunda década do século 20, no Estado do Paraná. Com a compreensão de que a pesquisa científica era um elemento

necessário ao desenvolvimento do país, do mesmo modo como ocorrera na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, promoveu-se a criação de universidades que associavam ensino e pesquisa, visando-se, particularmente, o desenvolvimento de conhecimentos que contribuíssem com o progresso do país. No ano de 1986 já existiam 76 instituições de ensino superior no Brasil.

No caso brasileiro, em particular, a ação universitária se empenhou em atuar em três esferas: o *ensino*, formando recursos humanos nas diversas áreas, a *pesquisa*, desenvolvendo novos conhecimentos e seus possíveis empregos em diversos campos, e a *extensão*, realizando atividades junto à comunidade que, conectadas ao ensino e à pesquisa de novos conhecimentos, colaborem com o desenvolvimento e bem estar dos grupos atingidos. Atuando nestas três esferas as universidades, em diversos países, passaram a cumprir uma tarefa vital e peculiar no cerne das sociedades, sendo responsáveis diretamente ou indiretamente por grandes realizações da humanidade. (MANCE, 2007)

Os artigos cinco e 211 da Constituição Federal de 1988 estabelecem os princípios gerais da educação no Brasil, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDBN) de 1996 redefine o sistema educativo brasileiro, estabelecendo os níveis escolares e as modalidades de educação e de ensino. Tem se constituído numa premissa aos graduados a formação avançada e atualizada, devido à rápida evolução do conhecimento; e constante elevação da qualidade e produtividade dos seus serviços pelas empresas e instituições, fato que motiva os egressos da academia a continuarem seus estudos.

Cabe-nos, assim, nesta era da informação, indagar sobre as exigências postas à sala de aula a respeito dos usos das linguagens articuladas nos corpos ouvintes e falantes, no suporte da página escrita e no corpo programado da máquina, e articulações distintas, por um lado, e, por outra parte, intercomplementares, transformando-se umas pelas outras e umas nas outras. (MARQUES, 1999, p. 153)

Em consonância com o pensamento de Marques, percebemos que o ensino encontra-se frente a novas possibilidades.

### 3 Educação a Distância

Cabe aqui contextualizar a realidade brasileira em relação à informática e acesso a internet no mundo. Um estudo realizado por três instituições, a Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Cultura, o Instituto Sangari e a Rede de Informações Tecnológicas Latino-Americana (RITLA), utilizou as informações existentes sobre a situação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Brasil, na América Latina e no mundo, para dimensionar as diversas *brechas* entre os que têm e os que não tem acesso ao mundo digital, com especial ênfase no campo educacional (WAISELFISZ, 2007).

Anualmente é elaborado pela União Internacional de Telecomunicação (UIT), a agência das Nações Unidas especializada em tecnologia da informação e da comunicação, uma estimativa sobre o número de microcomputadores existentes num país (sejam domiciliares ou não) e relaciona esse número com o total da população, o que permite construir o indicador “número de PCs cada 100 pessoas”, bem como a estimativa do uso da internet em diversos países do mundo.

Tabela 01 – Comparativo número de PCs e % usuários internet países do mundo

| Países do mundo  | Número de PCs por 100 habitantes | Países do mundo | % de usuários de internet |
|------------------|----------------------------------|-----------------|---------------------------|
| 1 Suíça          | 86,2                             | 1 Islândia      | 87,8                      |
| 2 Estados Unidos | 76,2                             | 2 Suécia        | 76,2                      |
| 3 Suécia         | 76,1                             | 3 Holanda       | 74,0                      |
| 4 Canadá         | 69,8                             | 4 Austrália     | 70,4                      |
| 5 Austrália      | 68,9                             | 5 Ilhas Faroe   | 70,2                      |
| 49 Brasil        | 16,1                             | 76 Brasil       | 17,2                      |

Fonte: Strohschoen, 2009

Apesar de muitos acreditarem que a educação à distância teve início apenas com a invenção da internet, a verdade é que ela evoluiu ao longo de diversas gerações na história. Embora alguns autores afirmem que os primeiros movimentos relacionados à Ead no Brasil surgiram com a criação do Instituto Rádio Monitor, em 1939 e com o Instituto Universal Brasileiro, a partir de 1941; desenvolveremos este estudo com base na classificação estabelecida por Moore e Kearsley (2007), que divide em cinco as gerações da EaD.

Figura 01 – Cinco gerações de educação à distância



Fonte: Moore; Kearsley, 2007, adaptada pela autora

A primeira geração desta modalidade pode ser considerada o ensino por correspondência, porque era baseada em textos e exercícios transportados pelo correio e iniciou no início da década de 1880. A segunda geração seria o uso da televisão e do rádio como difusores. A invenção de uma nova modalidade de organização da educação – em universidades abertas marcou a terceira geração, que não foi muito caracterizada pela tecnologia da informação, no final da década de 60. A quarta geração, na década de 1980, era baseada na tecnologia da teleconferência – interação de um grupo em tempo real a distância, cursos por áudio e vídeo, transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores. A última e mais recente geração - classes virtuais *on-line* com base na internet, envolve ensino e aprendizado *on-line*, em classes e universidades virtuais.

A primeira definição legal de EaD surge em 1998, no primeiro artigo do decreto n. 2.494:

...educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferente suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diferentes meios de comunicação. (Decreto n. 2.494, art. 1º, 1998)

O Decreto n. 5.622 de dezembro de 2005 revogou os decretos 2.294/98 e 2.561/98 e define educação à distância como:

“modalidade educacional na qual a mediação didáticopedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. (Decreto 5.622, 2005, artigo 1º)

A oferta de disciplinas nos cursos superiores na modalidade semipresencial foi normatizada pela Portaria MEC nº 4.059 de dezembro de 2004 – revogando a Portaria

2.253 de 200. Este ato legal autorizava a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial (com base no Art. 81 da Lei nº 9394, de 1996, e no disposto na referida Portaria) na organização pedagógica e curricular dos cursos superiores já reconhecidos em instituições de ensino superior.

Estudos e pesquisas sobre a implementação da educação à distância na Arquivologia foram realizados pelo arquivista, doutor em Educação, docente e atualmente Pró-reitor de Planejamento da UNIRIO, Luiz Cleber Gak. Para Gak, a autonomia intelectual do educando é estimulada pela EaD:

A educação a distância propõe uma construção progressiva. O importante é ter como início situações organizadas que podem configurar problemas e questões que, se resolvidas, proporcionem o caminhar, com relativa autonomia, em direção à internalização do conhecimento. Se considerarmos que a Educação a Distância é uma modalidade de educação que elimina as barreiras geográficas e que a otimização dos recursos humanos e financeiros é evidente nesse sistema de educação, podemos concluir que desenvolver essa proposta de curso atuando em sistema de parceria com universidades mantenedoras de cursos de Arquivologia é a melhor opção. (GAK, 2007)

Gak destaca, no entanto, que devemos lembrar sempre que os encontros presenciais são fundamentais em um projeto de EaD, suscitando entre outros sentimentos, o sentimento de pertença e conhecimento da equipe pedagógica. Lembra alguns requisitos essenciais na implementação de um curso de graduação de Arquivologia à distância: bibliotecas; instalações físicas adequadas para as aulas, trabalhos, seminários e salas equipadas com telefone, fax e computadores com Internet.

#### **4 Ensino Arquivístico no Brasil**

A criação do Curso de Diplomática, em 1911, pelo Arquivo Nacional, com aulas semanais ministradas por seus funcionários com as disciplinas de: Crítica Histórica, Cronologia, Diplomática, Paleografia e Regras de Catalogação pode ser considerada a primeira abordagem próxima ao ensino arquivístico.

As primeiras iniciativas de um verdadeiro ensino arquivístico no Brasil, no entanto, foram no início da década de 20, na gestão de Alcides Bezerra como diretor do Arquivo Nacional. O Decreto nº 15.596, de 02 de agosto de 1922, criou os cursos técnicos de arquivo, com dois anos de duração, com as disciplinas de Arqueologia, Epigrafia, História da Arte, História Política e Administrativa do Brasil, Paleografia,

Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Iconografia e Cartografia, Numismática e Sigilografia. A docência ficou a cargo de três instituições: o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional.

O parecer do Conselho Federal de Educação, de 1974, fixando o currículo mínimo e o currículo pleno (constando de disciplinas básicas e complementares) para os Cursos de Graduação em Arquivologia, bem como a carga horária e a duração dos mesmos foi a consolidação definitiva da área (ver Tabela 01).

A aprovação da legislação de reconhecimento das profissões de arquivista (bacharel, nível superior, 3º grau) e técnico de arquivo (nível médio, 2º grau) com a lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978 e o decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978, cujo pedido havia sido encaminhado em 1975, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros ao Ministério do Trabalho foi o impulso definitivo. Nesta data já estavam em funcionamento os cursos superiores da UNIRIO e da UFSM.

No ano de 1991, o Brasil foi convidado a participar das reflexões, em nível internacional, sobre a formação arquivística. O comitê organizador do XII Congresso Internacional de Arquivos (CIA), convidou cinco escolas de Arquivologia do mundo para que enviassem sugestões de acadêmicos, representantes a participar na terceira sessão plenária, relacionada com a formação de arquivistas: Brasil, Canadá, Países Baixos, Senegal e Tchecoslováquia. O objetivo da participação dos estudantes era permitir a este componente essencial do mundo arquivístico de exprimir os seus pontos de vista sobre a profissão de arquivista, ao nascer do terceiro milênio, e de apresentar uma opinião sobre a formação recebida nas suas respectivas escolas.

A conferência principal da terceira sessão plenária do XII CIA foi apresentada, em setembro de 1992, em Montreal, Canadá, por Angélica Menne-Haritz, diretora da *École d'Archivistique de Marbourg*, Alemanha, sob título "Formação em Arquivologia: responder às necessidades da sociedade do século XXI". Baseada na premissa de que a sociedade moderna estava experimentando grandes transformações, as quais afetam a profissão de arquivista em seus aspectos fundamentais, a sessão plenária tentava "responder" a questões como: até que ponto os arquivistas estão bem preparados para assumir suas funções de especialista em teoria, princípios e práticas da gestão da informação recebida? Refletir sobre a formação profissional do arquivista e estudar as opções que permitiriam melhorar e tornar mais eficazes os programas de ensino e aperfeiçoamento era a meta a ser atingida nas reflexões. No painel de

estudantes do XII CIA o Brasil for representado por uma estudante da Habilitação Arquivos Empresariais<sup>4</sup> do Curso de Arquivologia da UFSM.

Logo após, era realizado no Brasil, o 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia, sediado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no qual a terceira sessão plenária também discutiu a “Formação Profissional do Arquivista”. Gak, docente da Unirio, posicionava-se no sentido de que se deveria mostrar claramente o que de real se havia feito e o quanto se havia conseguido modernizar o currículo de Arquivologia. Na mesma plenária, Bellotto, docente da Universidade de Brasília (UNB) manifestava sua opinião de que as reformulações curriculares na Arquivologia brasileira não seriam suficientes, sem uma mudança de mentalidade dos próprios estudantes e dos profissionais já atuantes no mercado.

Acreditando que a Arquivologia deve estar em consonância como os desafios impostos pelas **mudanças implementadas pelas novas tecnologias** (grifo nosso), Taborda reflete:

A formação profissional do arquivista deve ter um compromisso com a construção do conhecimento. Ela tem de se desvencilhar da influência positivista, que definiu as coordenadas de nossa cultura e que banizou a relação entre o saber e os pressupostos da elaboração desse saber. Entendemos que a formação profissional deve estar atrelada aos seguintes aspectos: agir, pensar, refletir, inovar e, sobretudo, recriar. Os verbos mais utilizados nesse paradigma de trabalho pedagógico devem ser: questionar, mudar, procurar, descobrir, inventar, modificar, melhorar, sentir, participar, arriscar e inovar. Acreditamos, também, que o sucesso desse processo está na possibilidade de articulação entre teoria e prática, conhecimento e realidade e ensino e pesquisa. (TABORDA, 2008, p. 14)

Quanto ao ensino arquivístico existente no Brasil, atualmente, em nível de graduação, pós-graduação e técnico temos o panorama a seguir.

Ensino técnico, em nível médio: não há nenhum curso em funcionamento no país.

Cursos de Graduação em Arquivologia: na década de 70 foram criados três cursos; na década de 90, cinco. A partir de 2000 foram oito os cursos criados, dos quais, seis deles estão sendo oferecidos dentro das metas e verbas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais: um curso de especialização em organização de arquivos no Estado de São Paulo, em funcionamento de forma

---

<sup>4</sup> Até o ano de 1993, o Curso de Graduação em Arquivologia da UFSM era de seis semestres e eram também oferecidas as Habilitações em Arquivos Empresariais e Arquivos Médicos (2 semestres cada). Em 1994 o currículo passou a ser de oito semestres, não sendo mais oferecidas as habilitações.

ininterrupta desde sua criação, na metade da década de 80; um curso de especialização no Estado da Bahia e dois cursos de especialização no Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduação *lato sensu* por EaD: um curso no Rio Grande do Sul. Curso de pós-graduação *stricto sensu* presencial: não há Mestrados Acadêmicos em Arquivística no Brasil, alguns mestrados - em comunicação, história, ciência da informação - apresentam linhas de pesquisa que possibilitam a produção na área de Arquivologia. Há dois Mestrados Profissionalizantes ofertados no país: um no Estado do Paraná<sup>5</sup> e um no Estado do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>.

Abaixo, estão listadas as IES que possuem aprovado, por suas instâncias superiores colegiadas, o Curso de Graduação em Arquivologia. Este universo constitui-se de nove Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e três estaduais.

Tabela 02 – Cursos de Arquivologia no Brasil

| Criação | Instituição de Ensino Superior                         | Sigla  | Estado | Turno              |
|---------|--------------------------------------------------------|--------|--------|--------------------|
| 1976    | Universidade Federal de Santa Maria                    | UFSM   | RS     | diurno             |
| 1977    | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro       | UNIRIO | RJ     | noturno            |
| 1978    | Universidade Federal Fluminense                        | UFF    | RJ     | diurno             |
| 1990    | Universidade de Brasília                               | UNB    | DF     | noturno            |
| 1997    | Universidade Estadual de Londrina                      | UEL    | PR     | noturno            |
| 1997    | Universidade Federal da Bahia                          | UFBA   | BA     | diurno             |
| 1999    | Universidade Federal do Espírito Santo                 | UFES   | ES     | noturno            |
| 1999    | Universidade Federal do Rio Grande do Sul              |        | RS     | noturno            |
| 2003    | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | UNESP  | SP     | diurno             |
| 2006    | Universidade Estadual da Paraíba                       | UEPB   | PB     | noturno/<br>diurno |
| 2008    | Fundação Universidade de Rio Grande                    | FURG   | RS     | noturno            |
| 2008    | Universidade Federal da Paraíba                        | UFPB   | PB     | noturno            |
| 2008    | Universidade Federal do Amazonas                       | UFAM   | AM     | noturno            |
| 2008    | Universidade Federal de Minas Gerais                   | UFMG   | MG     | noturno            |
| 2009    | Universidade Federal de Santa Catarina                 | UFSC   | SC     | diurno             |
| 2009    | Universidade Federal do Maranhão                       | UFMA   | MA     | -                  |

Fonte: Strohschoen, 2009

A maior concentração de cursos é no Estado do Rio Grande do Sul, todos os três em instituições federais de ensino superior, seguido de dois no Rio de Janeiro, também em federais e logo após Paraíba, com dois cursos, um em instituição federal outro em estadual.

<sup>5</sup> Linha de pesquisa Organização e Compartilhamento da Informação e do Conhecimento.

<sup>6</sup> Linha de pesquisa Patrimônio Documental.

Figura 02 – Localização geográfica dos Cursos de Graduação em Arquivologia



Fonte: Strohschoen, 2009

Os Cursos de Graduação em Arquivologia da UFPB, FURG, UFSC, UFMG, UFAM e UFMA estão sendo oferecidos dentro das metas e verbas do REUNI.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007.

Seu objetivo é dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Pretende congregiar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Sua meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

## 5 Metodologia

Esta pesquisa é exploratória, pois envolve levantamento bibliográfico e pesquisa nas fontes considerando que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre a implementação ou não do ensino à distância (EAD) aplicado na área da Arquivologia, seja no ensino superior, pós-graduação ou técnico. É descritiva, pois descreve as características de população definida – o universo dos cursos de graduação de Arquivologia no país – bem como a existência ou não de atividades não presenciais nos seus programas de ensino, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Quanto aos meios ou procedimentos técnicos a pesquisa assume as seguintes classificações: pesquisa de campo - é uma investigação empírica realizada, por meio de questionário com coordenadores de Cursos de Graduação em Arquivologia de instituições de ensino superior do Brasil; bibliográfica – estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado, ou seja, utiliza também fontes secundárias de informação; documental – utiliza documentos preservados nos acervos das IES pesquisadas - que oferecem Curso de Arquivologia no país, ou seja, fontes primárias de informação e estudo de caso – é limitado ao universo das IES do Brasil que oferecem cursos de graduação e/ou pós-graduação em Arquivologia, sendo um estudo contemporâneo profundo e exaustivo de poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Os dados necessários para responder ao objeto da investigação foram obtidos através da observação direta extensiva - aplicação do instrumento de pesquisa questionário. O questionário foi elaborado de forma concisa, de modo a despertar o interesse do recebedor. Quanto à forma, as perguntas foram fechadas e algumas, abertas.

O questionário é constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador e enviado ao pesquisado e devolvido por meio de correio eletrônico. Junto como mesmo foi enviada uma carta explicativa da natureza da pesquisa, sua importância e objetivos.

O instrumento de coleta de dados foi validado pela Dra. Maria Alcione Munhoz, pedagoga, professora do Departamento de Educação Especial, nas modalidades presencial e à distância, e Diretora do Centro de Educação da UFSM. Os sujeitos da

pesquisa, que forneceram os dados tabulados pela pesquisadora, foram os coordenadores de Cursos de Graduação de Arquivologia das IES do Brasil.

Os dados coletados foram analisados e interpretados. Desta forma, após realizada a coleta de dados – por meio da aplicação do questionário às IES selecionadas no universo do país – os dados foram tratados de forma qualitativa, comparando o referencial teórico com os dados e de forma quantitativa. Foram usados ilustrativamente gráficos e tabelas.

O instrumento de coleta de dados abrangeu os seguintes assuntos: outras experiências com a modalidade de ensino educação à distância; a necessidade de os professores como conteudistas produzirem seus materiais didáticos; a viabilidade de acesso à Educação Superior Pública nas universidades, a existências de estudos no sentido de viabilizar educação à distância na Arquivologia nas respectivas universidades, as áreas/conteúdos consideradas com possibilidade de oferta por EaD, o conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9394, de 1996, que autoriza as instituições de ensino superior a oferecer até 20% da carga horária de seus cursos na modalidade semi-presencial, a contribuição para qualificar o ensino presencial, o favorecimento de uma educação de qualidade por meio das tecnologias de Informação e Comunicação utilizados na educação à distância e a motivação do aprendiz por ter liberdade para escolher o tempo e o espaço que mais lhe convém para estudar. Ainda, uma questão aberta, solicitando o registro de inquietações, indignações, descontentamentos, curiosidades, desconhecimentos, sobre esta nova modalidade de ensino.

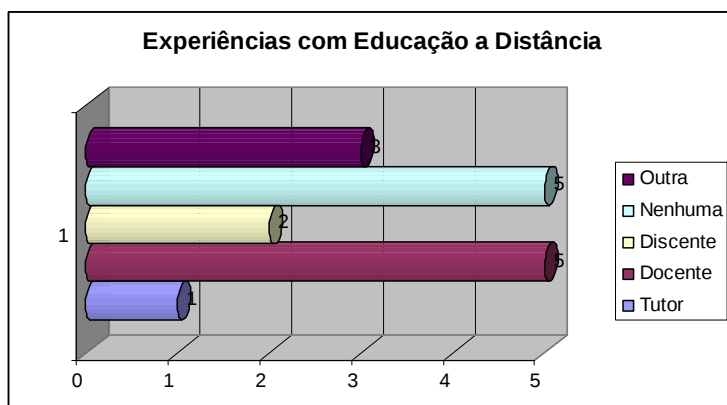
Foram obtidas quatorze respostas a partir da aplicação dos questionários, o que representa 100% do público pesquisado. Os dados foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico. Ressalta-se que, das 16 IES caracterizadas no capítulo três, duas delas não foram questionadas, pelo fato de seus cursos de graduação estarem somente aprovados, e não ainda em funcionamento: a UFSC e a UFMA.

Assim, as categorias de análise neste estudo privilegiaram conhecer a partir da compreensão dos sujeitos da pesquisa desde as experiências vivenciadas com a modalidade de ensino educação à distância até a percepção do quanto a EaD pode motivar e proporcionar autonomia aos educandos.

## 6 Análise e Apresentação dos Resultados

Questionados sobre que experiências já tiveram com a modalidade de ensino educação à distância, um coordenador já atuou como tutor, cinco atuaram como docentes e dois como discentes. No entanto, cinco Coordenadores de Cursos de Graduação em Arquivologia nunca tiveram nenhuma experiência com esta modalidade de ensino. Outros três tiveram outras experiências: um deles tem atuação administrativa com EaD, outro participou da elaboração de projeto para formar auxiliares de arquivo, em nível fundamental, tendo como público alvo funcionários de administração pública daquele Estado (projeto não desenvolvido ainda), e outro ainda participou de seminários não presenciais.

Figura 03 – Gráfico de experiências com EaD



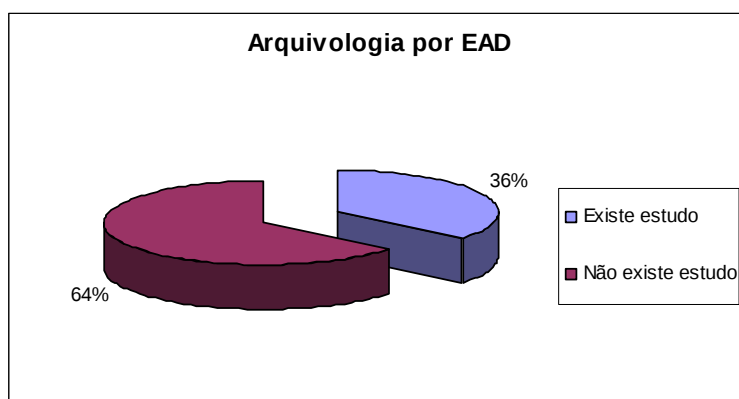
Fonte: Strohschoen, 2009

Dos 36% de coordenadores que já tiveram experiência como docentes, apenas um deles teve também experiência como discente, de onde se conclui que nenhuma das denominadas cinco gerações de educação à distância por Moore e Kearsley despertaram interesse ou curiosidade na maioria dos pesquisados, instigando-os a conhecerem esta realidade para posicionar-se mais confortavelmente quanto a sua eficácia ou não.

Duas Instituições de Ensino Superior responderam que existe estudo no sentido de viabilizar educação à distância na Arquivologia. Uma delas respondeu que oferece, desde 2008, Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão em Arquivos por EaD. Uma delas está com o projeto pronto, esperando somente a aprovação das instâncias superiores.

Três IES usam ambientes virtuais de ensino-aprendizagem<sup>7</sup> como apoio as aulas presenciais. Em uma das IES, onde o curso foi criado em 2008, ambientes virtuais de ensino, mais precisamente o Moodle, são disponibilizados aos professores como apoio para as aulas presenciais.

Figura 04 – Gráfico de EaD na Arquivologia



Fonte: Strohschoen, 2009

Em um das IES o Departamento onde está adscrito o Curso de Graduação em Arquivologia ainda não cogitou essa possibilidade e em outra, foi realizada uma consulta externa á universidade e foram contrários a EAD para Arquivologia.

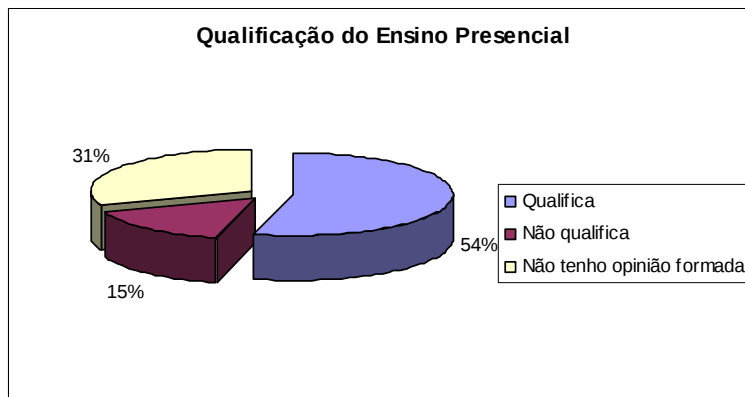
Em duas IES esta modalidade ainda não foi cogitada. Uma delas justifica pelo fato do curso ser novo e precisar ser consolidado antes de pensar em outra modalidade que não presencial e outra justifica pelo investimento no curso presencial, com aumento em dobro de vagas, através do Reuni, “para pensar EaD, temos que fazer uma avaliação do mercado de trabalho para final de 2012, quando termina a expansão do presencial”.

Quanto à crença de que a modalidade de ensino à distância pode contribuir para qualificar o ensino presencial, 54% dos coordenadores acreditam que qualifica, 15% acredita que não qualifica e 31% não tem opinião formada sobre o assunto.

---

<sup>7</sup> Ambiente virtual de aprendizagem (AVEA) é um ambiente (espaço, lugar, recinto, um meio) em que os participantes desse ambiente interagem entre si de tal forma que todos se encontrem no mesmo espaço ou lugar, sem necessariamente estarem no mesmo tempo cronológico (CORDENONSI, 2008).

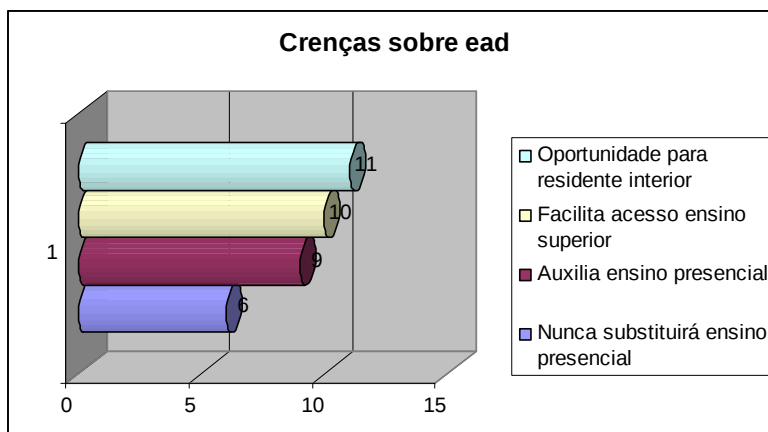
Figura 05 – Gráfico de contribuição da EaD na qualificação do ensino presencial



Fonte: Strohschoen, 2009

As respostas sobre EaD demonstraram que seis pesquisados acreditam que a educação à distância nunca substituirá a modalidade de ensino presencial, nove acreditam que esta modalidade constitui-se em auxílio a modalidade presencial, dez acreditam que facilita o acesso ao ensino superior e onze crêem que dá oportunidade para quem reside fora dos grandes centros.

Figura 06 – Gráfico de crenças sobre EaD



Fonte: Strohschoen, 2009

## 7 Conclusões

Na busca do objetivo central deste estudo, procedeu-se inicialmente, a revisão conceitual dos aspectos relacionados ao tipo de organização em análise, bem como das variáveis que envolvem o ensino arquivístico e a educação à distância no Brasil.

O uso da internet na aprendizagem e no ensino aumentou a gama de práticas educacionais disponíveis aos professores. Eles podem oferecer educação de qualidade para alunos distantes, atingir populações que têm pouco acesso a recursos educacionais, responder a diversos estilos e ritmos de aprendizagem pelos quais os alunos aprendem quebrar barreiras de tempo e espaço e dar acesso a alunos de culturas diferentes

O Brasil ocupa uma posição única no contexto mundial, por possuir uma Secretaria de Educação à Distância em seu Ministério da Educação, a qual é responsável por um programa nacional, que usa a EaD para treinamento a professores de ensino elementar que não possuem qualificação, a maioria dos quais atuando em escolas rurais nas regiões mais atrasadas do país.

A educação à distância tem a vantagem adicional de estimular a responsabilidade pessoal. Quem a procura sabe por que o faz, criando-se dessa forma uma nova ética de educação. Sendo também uma metodologia individualizada, é possível a adaptação ao ritmo de cada um e a superação de cada obstáculo passo a passo. O aluno é ao mesmo tempo sujeito e objeto do processo.

A sistematização dos resultados demonstrou que para os arquivistas – profissionais aptos e qualificados a promover a difusão do conhecimento e da informação, o e-learning deveria adicionar novos significados para a educação, propiciando que o conhecimento esteja disponível a qualquer tempo, a qualquer hora e em qualquer lugar. Porém, talvez esta “chegada repentina” tenha encontrado desprevinidos, ainda sem pensar em como seria esta nova concepção de ensino.

A proporção de Coordenadores de Cursos de Arquivologia que já tiveram experiência como docente ou discente em EaD é pequena, 43% apenas; em contraponto ao número que nunca teve nenhuma experiência com EaD – 36%.

Quanto a produção dos materiais didáticos, é louvável saber que a maioria deles percebe que a produção intelectual de docentes está intrinsecamente ligada ao resultado da aprendizagem. No entanto, estranhamente, em oposição a esta questão, quatro instituições revelaram a impossibilidade de ofertar somente conteúdos do núcleo comum (conteúdos específicos da Arquivística), não os conteúdos do núcleo complementar, considerando a hipótese da sua universidade ofertar curso de graduação, especialização ou extensão à distância.

Mesmo cientes de que o Ministério da Educação brasileiro demonstra a amplo desejo de promover e ampliar o acesso a informação e ao conhecimento por intermédio

de tecnologias interativas de ensino-aprendizagem, trazendo inclusive um leque de potencialidades e possibilidades de otimização do tempo presencial de professores e alunos nas instituições de ensino brasileiras, mais da metade das instituições pesquisadas não tem nenhum estudo sobre EaD na Arquivologia.

Considerando, a evidência e necessidade de que se deva ofertar ensino arquivístico nas regiões Norte e Sudoeste do Brasil, talvez, EaD de qualidade seja a melhor solução.

Partindo das três porcentagens mais altas que o sujeito retém (a figura chamada "aprendizagem e retenção de conhecimento e habilidades"), pode-se transformar em ponto forte as discussões em grupo no curso de educação à distância ministrado (50% de retenção) para que com isso o sujeito passe a praticar este aprendizado (75% de retenção) e conseqüentemente passe a ensiná-lo a outros sujeitos (90% de retenção).

O tempo, em EaD, pode transformar-se em uma grande armadilha. O “depois eu faço”... quando é assíncrono o curso, liberdade para acesso e realização das tarefas no horário que lhe convier, pode fazer com que se acumulem tarefas....

Por sua vez, o papel do docente e do tutor deve ser a preocupação constante com a motivação dos alunos, o estímulo, que nesta modalidade tem uma grande vantagem... Qual seria? Num mundo em que a imagem é usada cada vez mais pra atrair o público à informação veiculada, esta modalidade de ensino apresenta a vantagem do uso de todos os tipos de recursos informacionais – a adequação do material didático com uso de outras ferramentas telemáticas, como vídeos, por exemplo, pode estimular o estudo. Neste sentido, podem ser sugestões de ações: saber exatamente o que os alunos esperam da disciplina e como esperam desenvolvê-la; ser criativo na hora de elaborar o material didático e as atividades; conhecer o potencial das ferramentas, como o fórum; conhecer mais seus alunos; criar formas alternativas de motivá-los; conhecer quem é o público atendido....

A relação de confiança entre aluno e professor, envolvendo a tutoria, também é importante. Interagir constantemente fortalece essa relação. É quase que obrigatório que, muito mais que no ensino presencial, ter uma relação informal com o aluno – a proximidade, estreitar os laços. Neste sentido, fóruns geralmente denominados cafezinho, são importantes. A idéia não é tratar todos os alunos como se fossem iguais, mas sim, ter presente suas diferenças, de idade, de tempo, de percepção, as quais têm influência direta na motivação pessoal.

Acredita-se que os sujeitos envolvidos no processo, caracterizados pelos docentes, tutores e alunos, assumem papéis fundamentais, que vão além de promover um processo de ensino aprendizagem de qualidade. Estes sujeitos, imbuídos da responsabilidade inerente aos educadores e educandos, deverão, conforme nos ensinou o prof. Mario Osorio Marques, numa analogia, apaixonar-se pelo tema, pelo conteúdo, para que queiram sempre mais....

## 8 Referencias

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. [*Diário Oficial da República Federativa do Brasil*], Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CASTRO, Ástrea de Moraes e. **Arquivologia**: sua trajetória no Brasil. Brasília: Stilo, 2008.

GAK, Luiz Cleber; GAK, Igor. **Educação arquivística à distância**: a democratização do conhecimento arquivístico. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.asocarchi.cl/DOCS/145.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios)

NEGROPONTE, Nicolas. **A vida digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

MAIA, Carmem. Portaria 2253: oportunidades e desafios para o ensino superior. In: MAIA, Carmem. **Guia brasileiro de educação à distância**: 2002/2003. São Paulo: Editora Esfera, 2002.

MANCIE, Euclides André. **A universidade em questão**: o conhecimento como mediação da cidadania e como instrumento do capital. Disponível em: <[http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id\\_articulo=562](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=562)>. Acesso em: 04 nov. 2009. (aula inaugural Curso de Filosofia do IFIBE, Passo Fundo, 08/02/1999)

MARQUES, Mario Osorio. **A escola no computador**: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí: Editora Unijuí, 1999. (Coleção Fronteiras da Educação).

MENNE-HARITZ, Angelika. Archivfachliche Ausbildung: den anforderungen des 21. Jahrhunderts gerecht zu werden. In: INTERNATIONALER ARCHIVKONGRESS. 12., 1992, Montreal. **Hauptreferat**. Montreal: [s.n], 1992. 24 p.

MOORE, Michael G; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância**: uma visão integrada. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, 400p.

STROHSCHOEN, Cristina; CASTANHO, Denise Molon. Educação à distância: uma reflexão dos métodos didático-pedagógicos em cursos de pós-graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2009, Santa Rosa,RS. **Anais...** Santa Rosa: Departamento de Pedagogia da Unijuí, 2009. 1 CD-Rom.

STROHSCHOEN, Cristina. Der beruf des archivars im informationszeitalter. In: INTERNATIONALER ARCHIVKONGRESS, 12., 1992, Montreal. **Zusatreferat**. Montreal: [s.n], 1992.

STROHSCHOEN, Cristina. A formação profissional do arquivista na era da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVIVOLOGIA, 09., 1992, Santa Maria. **Texto de comunicação...** Santa Maria: [n.p.], 1992.

TABORDA, Renato Tarcísio Barbosa de. Os desafios da formação do arquivista no Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVIVOLOGIA, 15., **Anais...** Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/plenaria2/renatotarciso.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Lápiz, goma y teclado**: tecnología de la información em la educación: Brasil e América Latina. Brasília: RITLA, 2007.